

---

---

## 7 – O SENTIDO SOCIOAMBIENTAL DOS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA

---

---

---

---

O homem é a natureza que toma consciência de si própria e esta é uma descoberta verdadeiramente revolucionária numa sociedade que disso se esqueceu ao se colocar o projeto de dominação da natureza (GONÇALVES, 1990).

### 7.1 Do local ao global: contextualizando os movimentos

No âmbito da luta e da resistência, o seringueiro, como sujeito precursor da produção camponesa na região, incrustado na sua formação histórica e social, trouxe, nos momentos de avanço da fronteira agropecuária, legados de um século de convívio e de aprendizado de vida e de trabalho na floresta. Nisso se constitui a *base geográfica* de modos de vida, formas de reprodução social e ambiental, práticas coletivas e comunitárias em que a floresta está tanto na raiz da geração de seus meios de subsistência e de produção econômica, como permeando o imaginário e o simbólico social que se institui no seu cotidiano<sup>1</sup>. Portanto, nessa situação, a *floresta* está para o seringueiro como está o roçado, a lavoura e as plantações em áreas desmatadas para o trabalhador do campo. Politicamente, a floresta é *espaço de vivência* vital para a existência desses trabalhadores, nem tanto pelos recursos disponíveis, mas pelo significado que ganhou ao longo da formação socioespacial, inclusive como instituidora do imaginário social que se forma. Então, ao se localizarem, esses sujeitos sociais recriam modos de vida estritamente vinculados ao ambiente da floresta na qual estão inseridos.

Por outro lado, os migrantes camponeses que foram assentados nos projetos do INCRA, surgem, no contexto da reprodução deste espaço agrário, em iguais condições estruturais, mas muito diversos do ponto de vista sociocultural. Daí, por alguns anos, esses camponeses não se vêem como um segmento social que compartilha “destinos”; vêem-se sim como grupos sociais diferentes. Esse conflito diminuirá somente no contexto de abrangências

---

<sup>1</sup> - Numa leitura sistêmica mais corrente, vemos que aqui poderia se aplicar o termo *Geoecologia Humana*, ressaltando o caráter geográfico deste estudo. Todavia, sob uma base crítica da situação dos movimentos sociais dos quais estamos tratando, entendemos que este caráter se inscreve em processos de inter-relação entre as dimensões espaciais da interface sociedade/natureza (o que forma o assoalho sobre o qual se desenvolvem as relações sociais) e os conflitos e contradições que produzem os arranjos da realidade socioambiental vivida. Com isso, entendemos que se pode romper com o biologismo tradicional que está presente nas questões sistêmicas da Ecologia, ou melhor, da “Ecologia Natural e da Ecologia Humana” (ACOT, 1990), para apreendemos a dialética dos conflitos que norteia a dinâmica da realidade social no ambiente amazônico. Assim, é possível conceber que a “ecologia” é, em especial, “uma relação social, uma relação entre seres humanos” (LIPIETZ, 1996) sobre e na natureza. Então, é com esta conotação que aqui referimos ao termo.

mais generalizantes dos processos de expropriação da terra acessada, já por volta do final da década de 1980 e início da década de 1990. Então, principia o fortalecimento da participação desses camponeses migrantes nos sindicatos e nos movimentos sociais rurais, sobretudo na organização de associações e pequenas cooperativas às quais, no geral, aqueles traziam maior experiência, ou seja, no âmbito da *luta na terra*.

Eis então o sentido de questionarmos “porque”, “quando” e “como” os movimentos sociais camponeses amazônicos se confrontam e se incorporam às idéias dos movimentos ambientalistas globalizados? Qual o sentido das alternativas que visam “tornar a floresta mais rentável” para estas famílias que nela vivem? É possível estender certos valores e formas produtivas para outros segmentos sociais com mais tradição na agricultura?

É com esses pressupostos que apresentaremos uma caracterização e uma problematização da questão das lutas e dos movimentos dos trabalhadores rurais amazônicos-acreanos. Assim, buscamos ver a realidade das lutas locais no seu encontro com as dimensões políticas das idéias de “sustentabilidade”, quer seja com suas organizações coletivas, quer seja com a otimização da revalorização dos recursos naturais regionais como *mercadorias verdes* (“as ecomercadorias”). Nisso, esses trabalhadores organizados montam estratégias que reforçam sua resistência contra os processos de expropriação que os ameaçam, mas se adequam cada vez mais a este mercado. Então, a questão que resta saber é se nisso está sendo gerada uma alternativa da construção de autonomia, ou se são apenas “novas formas de dominação” engendradas pela reprodução capitalista que submete o lugar? Vejamos algumas possibilidades.

Se, por um lado, o discurso ecológico e ambientalista se mundializava já na década de 1970, por outro, para camponeses locais, na Amazônia-acreana, suas lutas surgem de dimensões socioambientais em defesa do seu espaço vivencial – a floresta; e de seus territórios de vivências – a colocação ou a colônia – como *locus* de seu modo de vida. É aí que esses sujeitos sociais, ao longo de décadas, construíram sua territorialidade no confronto direto com o ambiente florestal e retirando dele sua sobrevivência sem destruí-lo. Então, esta luta camponesa tem uma dimensão de defesa integral de suas condições existenciais como sujeitos sociais, a partir das condições reais de vivências seja na *floresta* ou no *campo*. Nessa luta por mecanismos de defesa política de suas condições de trabalhadores agrários (a *agrariabilidade*), estes se colocam no circuito mundial, não como parte dos movimentos ecológicos e ambientalistas, mas pela projeção de suas lutas localizadas a partir de seus espaços de vivência.

Ao atribuir um sentido *ecológico*<sup>2</sup> às lutas e aos movimentos sociais locais, o movimento ambientalista internacional confere à situação amazônica elementos que a tornam uma problemática global. Além disso, esse sentido ecológico passa a ser um elemento a mais na otimização da busca de mercado por produto “ecologicamente correto”, o que na Amazônia podia ser oferecido a partir de uma grande fonte disponível – a *floresta*. Então, nessa conjuntura, permeada por visões liberais, é introduzida uma mercantilização também do sentido da luta dos Seringueiros. Assim, muitos valores construídos nos movimentos são perdidos diante das propostas formalizadas externamente que vão sendo trazidas sob a égide do discurso de “desenvolvimento sustentável”. Discurso esse gerado, sobretudo, a partir do Relatório de Brundtland, à sombra do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Fundação Ford, e outras agências dos *países enriquecidos* formuladoras de políticas para os *países empobrecidos* e financiadoras de muitos *projetos populares* voltados para a implantação deste “padrão” de “ser sustentável”. Nisso reside o sentido de discutir a mercadoria que está sendo produzida e a implicação socioespacial que recai sobre esses trabalhadores e no âmbito da região.

## **7.2 - A luta pelo modo de vida *versus* o “mito” da luta ecológica**

Uma primeira consideração que temos a fazer é que as lutas dos “povos da floresta” passaram a ter um significado diferente ao ganhar projeção mundial. Isso ocorreu quando se teve noção de que o significado da luta extrapolava até o território nacional, e nisso o sentido localizado da luta encontra respaldo nas reivindicações de movimentos globais para se fortalecer. É também nessas circunstâncias que esses movimentos sociais locais ganham “sentido de movimentos ecológicos ou ambientalistas”, quando, na verdade, são lutas pelo modo de vida, lutas para *viver bem*, que se inserem no âmbito maior das lutas de classes na realidade amazônica.

Houve alianças e trocas de apoio. Para os sujeitos sociais locais, mais do que o apoio logístico, foi de suma importância a ajuda financeira proveniente de organismos mundiais, a fim de que estes movimentos prosperassem (para os sindicatos, cooperativas, associações). Mas o que significou tais mudanças para os movimentos na sua prática política? Há ou não um sentido ecológico no âmbito das lutas? Como fica a questão da geração de

---

<sup>2</sup> - A título de informação, a palavra Ecologia (oekologie) foi empregada por *Ernest Heinrich Haeckel*, em 1866, para definir um ramo científico como: “ciência da economia, do modo de vida, das relações vitais externas dos organismos”. Mais tarde, revê o conceito e define como “a ciência do conjunto das relações dos organismos com o ambiente do mundo exterior, com as condições orgânicas da existência; o que se chamou de economia da

autonomia e da instituição do imaginário local? Seriam vias de libertação ou de aprisionamento no âmbito da reprodução de novas dimensões de espaços vivenciais desses sujeitos? Certamente tais respostas podem ser mais significativas se as virmos a partir da compreensão dos próprios sujeitos que as vivenciam. É isso que faremos a seguir.

### 7.2.1 Vozes que vem da floresta

O testemunho da dimensão ambiental na luta dos trabalhadores amazônicos-acreanos fornece um conteúdo geográfico norteado por diferentes visões de seu ambiente vivencial, enquanto espaço de vida social. Esses sujeitos, então, defendem o ambiente local porque é nele que aprendeu a *viver* e a *conviver* com o que é natural, social e econômico. Portanto, a prática ensejada nos movimentos sociais desses grupos sociais reflete dimensões processuais da realidade vivida, que se fazem presente em suas lutas, assim como a busca de resguardar e até de concretizar suas territorialidades camponesas, seja das colocações *versus* seringal, seja da colônia *versus* fazenda.

Vejamos como essas questões são elucidadas nos depoimentos de três lideranças seringueiras, quando questionados sobre *como os movimentos de lutas organizados por eles ganharam dimensões e significado ambientalista e ecológico*:

Em entrevista recente, Raimundo Barros<sup>3</sup> (2002), em Xapuri, explicava como o movimento conheceu tais dimensões em suas lutas:

Eu e o próprio Chico não tínhamos nenhuma idéia que nós estava numa luta ecológica e a verdade era que a gente também estava. Ao mesmo tempo lutava pela sobrevivência e o direito de continuar na floresta e pela não destruição da floresta, sabia que sua destruição implicava na não continuação de nossa sobrevivência, na retirada de nossa sobrevivência. Então a gente lançou-se nesta luta justamente para garantir a sobrevivência, garantir o direito de continuar na floresta, mas nós também tava fazendo luta ecológica, a defesa dos rios, das florestas, dos animais. Isso, aquilo e aquilo outro é uma defesa ecológica. Mas nós não sabíamos! Sabia que estava fazendo uma luta em defesa para nós sobreviver e continuar lá! Com certeza isto surge a partir dos intelectuais, dos cientistas que uma vez vendo o que tinha acontecido em outras áreas, inclusive dentro do Brasil, que tinham grandes florestas e foram devastadas ou nos países vizinhos e nos EUA, em que a devastação

---

natureza, as mútuas relações de todos os organismos vivos num único e mesmo lugar, sua adaptação ao meio que os cerca, sua transformação pela luta para viverem [...]” (ACOT, 1990, p. 27-28).

<sup>3</sup> - Raimundo Barros é sindicalista fundador do STR, de Xapuri, militante do PT, já foi vereador, e hoje trabalha em atividades de apoio às organizações de trabalhadores rurais, inclusive na administração petista de seu município e do estado (em 2002). É primo legítimo do sindicalista Chico Mendes, assassinado em 1988.

prejudicou até os rios. Uma vez sabendo que aqui havia esta luta e que no momento não se tinha uma menor idéia que se estava fazendo uma luta ecológica, mas sim uma luta pela sobrevivência, então vieram essas pessoas e começaram a pregar com certeza para o Chico, e ele repassou para nós, dizendo que nossa luta não é só pela sobrevivência, mas é uma luta também em defesa do meio ambiente; era uma luta ecológica, isso, aquilo e aquilo outro. O meu entendimento é este, foi uma coisa que veio depois. A gente tava fazendo as duas coisas, mas o que nós entendia era só uma e era a luta pela sobrevivência. Defender a sobrevivência para nós era defender a florestas, porque lá é onde está a seringueira, onde está a castanheira, onde está o cacau, onde está o bacuri que a gente come; onde está a paca, onde está o tatu, onde está a cotia, onde está o veado, onde está a anta, onde está a queixada; onde está o igarapé que também tem desde a piaba até o mandim, a traíra e tudo, além da gente se servir das águas dele, ainda pesca os peixes. É uma coisa assim muito interessante, eu acho muito válido para nós que temos consciência de tudo isso continuar defendendo, pedindo apoio de vocês, professores que tem acesso a quantos e quantos alunos que vão ser professores. Também fazer esses alunos saber que é de fundamental importância, trabalhar estas questões e apoiar a luta dos extrativistas aqui na Amazônia, por que vai ser a partir do apoio de outras forças que vamos continuar lutando. Não somos só nós que conquistamos o espaço que temos aqui! Na verdade, nós estivemos na linha de frente, o benefício é para nós, mas houve uma série de pessoas que contribuíram, uns jornalistas que escreveram matéria jogando na imprensa, levando o conhecimento a vocês que estão nas universidades, p.e.[...].

Osmarino Amâncio RODRIGUES<sup>4</sup> (2002) faz um relato contextualizando a questão, no âmbito estratégico dos conflitos gerados:

Em 80 foi começando, tombou Wilson Pinheiro, Jesus Matias, Ivair, Raimundo Calado, Zé Pretinho, e aí vai uma lista. Quando a gente viu só neguinho caindo, aí começamos em 80, 81, 82, mudar a discussão e dizer: - olha! nós precisamos fazer com que o que está acontecendo aqui seja ouvido lá fora. O ano de 1983, foi só de reuniões sobre e como a gente ia fazer isto. Mas nesta época do começo dos anos 80 que chegaram aqui os ambientalistas, os ecologistas: Lúcia, uma antropóloga lá de Curitiba, Mary Alegretti e outros antropólogos e geógrafos. Neste tempo andou aqui o Aziz Nacib Ab'Saber. Sabe aí foi vindo algumas pessoas de universidades, como Mauro Almeida e Ariovaldo e começaram a falar para gente. Assim fomos conhecendo uma leva de pessoas que passaram a nos informar o que a gente estava

---

<sup>4</sup> - Osmarino Amâncio Rodrigues é seringueiro, sindicalista fundador do STR/Brasília, militante político, ex-deputado petista, profundo conhecedor dos movimentos dos trabalhadores amazônicos. Ainda muito jovem, participou junto com Raimundo Barros, Chico Mendes, Wilson Pinheiro, Elias Rosendo, Chicão e outros, da criação dos STRs e da organização dos movimentos de resistência dos trabalhadores no vale do Acre e Purus.

enfrentando realmente. Foi aí que começamos a amadurecer; mas a gente não conhecia o que era esta coisa de “ambiente e ecologia”. Foram eles explicaram para nós, dizendo: – olha pessoal! Vocês são os maiores ecologistas e ambientalistas do mundo, os maiores tá aqui. Eu chamei o Chico Mendes a particular e disse: - Chico, é bom a gente entender o que é isso. Por que na época a gente pensava até que fosse uma sobremesa a questão ecológica. Defender o meio ambiente, nós não entendia nada disso, mas chamamos algumas pessoas e dizemos nós não estamos entendendo! E eles passaram a explicar para nós estas coisas da atmosfera [...] do efeito estufa, do buraco na camada de ozônio. Chico Mendes dizia: - Osmarino, já morreu um bocado de outros companheiros, para eles há objetivo que une o útil ao agradável, nós podemos ter uma aliança com eles; eles querem a floresta em pé não porque sobrevivam da castanha, da seringa, da caça, mas porque se ela se acabar eles vão ser afetados e para nós é interessante porque nós vamos ficar na floresta e sobreviver dela. Foi aí que fizemos aliança com os ambientalistas e ecologistas, mas foi uma aliança estratégica.

Na entrevista a Francisco de Assis<sup>5</sup> (2002), em Xapuri, este nos faz um relato mostrando as dimensões de elementos que por si só formavam, ainda que não soubessem, as bases para práticas *sustentáveis*. Na sua visão, já deixa a entender que a *consciência ambientalista* do movimento passa por uma complexidade de relações simbólicas, formadas ao longo do convívio social na *floresta* e em busca de autonomia:

Eu vejo o seguinte, primeiro que a atividade do seringueiro desde todo o tempo, já era uma coisa sustentada. Cortar a seringa e quebrar a castanha não eram atividades que agrediam de fato a floresta. Nós tínhamos também seus devidos cuidados com a seringueira para que não viesse acabar com ela; era o trabalho do fiscal que via como é que a bandeira estava colocada. Na árvore que tinha uma tigela, tinha que ficar quatro bandeiras sobrando, usando ali o que nós chamávamos de “pano”, né? Para quando terminar cortar aquele, pegar outro “pano”, de tal forma que quando voltasse para ali de novo aquela bandeira já tivesse se recuperado e em ponto de continuar produzindo. Então, já era uma forma sustentada de trabalhar com relação a seringueira e a castanheira de onde se faz a coleta do ouriço. A única coisa que acho que não foi uma prática legal foi o fato de a gente colocar fogo no pé da castanheira, sei que prejudica de fato muito pouco, mas prejudica. Ademais todas as ações foram neste sentido. Com relação a caça no início pelo que a gente viu falar, é que

---

<sup>5</sup> - Francisco de Assis é um “ex-seringueiro”, sindicalista, militante do PT. Ainda muito jovem acompanhou os momentos de conflitos e da organização dos movimentos sociais na região de Xapuri e Brasiléia. No momento que realizávamos a pesquisa, ocupava cargo na administração municipal e era acadêmico do curso de Licenciatura Plena em Geografia, no Programa Especial de Formação de Professores pelo convênio Governo do Acre/Universidade Federal do Acre.

abusaram um pouco na época que vendia pele. Tinha aqueles que matava dois, três ou quatro porquinhos, que não era só para comer, mas com interesse de vender a pele; porém esta ação na época já era questionada, inclusive, existia a questão do mito que é do “caboclinho da mata”, em que o pessoal dizia que o cara que tinha carne em casa e passasse a matar para estragar, ele viria puni-lo. Trazendo agora para os tempos mais recentes com a vinda dos fazendeiros, então começa nascer uma preocupação maior quando os seringueiros começaram a perder a terra, serem expulsos, e a posse entrar em questão. Então ele começava a preocupar com a questão do desmatamento, por que ali está a seringueira que a pessoa tira o látex. Existe um sentimento forte por parte do seringueiro quando ele vê alguém cortando a árvore da seringueira na qual ele é acostumando ir lá e tirar o “pão de cada dia” e vê-la sendo destruída, cortada, dói muito! Nós, seringueiros mesmo não temos coragem de cortar a seringueira. Com relação a castanheira para nós, é muito difícil ver aquela árvore que eu podia coletar todo ano de oito a dez latas de castanha e ganhar dinheiro e agora ter coragem de derrubá-la. É este um sentimento muito forte do homem principalmente com estas árvores que no momento temos que reconhecer o valor e diante disso: além de perder a terra mesmo, era um fato forte ver “os caras” cortando e derrubando a seringueira, a castanheira. Uma outra questão é com relação a caça, que quando faz grande derrubada expulsava os porquinhos e os veados! Ao tocar fogo matava aqueles animais que, praticamente o pessoal convivia com eles e dali tirava também seu sustento; uma questão, por exemplo, é o jabuti que fica lá, não tem proteção e era queimado. Então isso, o seringueiro tem todo um sentimento com relação a esta questão dos animais também. De certo ponto de vista, embora ele não tivesse “essa coisa de ser ecologista ou nem conhecia essa palavra ecologia”, mas ele tinha um certo respeito com relação a natureza, porque ele vivia aquilo, a vida dele dependia dessas coisas que estavam aí, da mata, da castanheira, da seringueira. Então era toda essa relação de dependência mesmo para com a questão da mata. Aí que eu vejo o fato de nós seringueiros, na verdade, embora não entendesse do que era “ecologia”, de impacto ambiental e não sei o que mais, mas nós tínhamos toda uma preocupação. Já e quando acontece este choque maior do seringueiro, do fazendeiro derrubando tudo, expulsando, inclusive o homem da floresta, igual se expulsava os outros animais, ele sente bastante preocupado e é nesse momento que começa a organização [...].

Vimos então, no âmbito geral dos três discursos, a pertinência da tese de José de Souza **Martins** (1983; 1991) de que somente uma força externa ao mundo camponês pode despertar as forças mobilizadoras e as condições objetivas da resistência (a consciência de classe). Nesse aspecto, sua reação é uma força que se institui na busca de romper com os propósitos e normas do rearranjo espacial que começava a ser desenhado. Então, nesse

despertar da classe para si, o sindicalismo é expressão objetiva da luta de classe em que o sentido ecológico é um ‘atributo externo’ visto posteriormente. Daí, enquanto discurso, é utilizado para forjar apoios externos, porém não é incorporado como prática social do movimento, pois a defesa do ambiente florestal já estava no âmago da luta e da resistência.

Os três relatos também retratam as motivações que caracterizaram o princípio das ameaças e das concretizações de processos expropriatórios dos seringueiros na floresta, o que os levou a se organizarem em movimentos de resistência. Então, por mais que se constituíssem numa coletividade, é nesse momento que passam a agir como *classe para si*, como campesinato, que se institui e se localiza a partir do ambiente em que se deu sua formação na floresta, de forma objetiva e consciente. Aqui cabe fazer a distinção de como esses processos surgem, sobretudo em áreas nas quais os seringueiros já avançaram mais na construção de seu projeto de autonomia.

Então, cabe-nos lembrar como esses sujeitos sociais, paulatinamente, foram rompendo com os laços do trabalho cativo dos seringueiros, no decorrer das várias décadas do século XX. Referimo-nos, p.e, às condições históricas que ao longo deste século permitiram aos seringueiros a possibilidade de implementar atividades não-extrativistas e desenvolver mecanismos de auto-sustentação nos momentos em que a territorialidade seringalista afrouxava os laços compulsórios que os submetiam. Ademais, não se pode negar que nas décadas de 1960/1970, no Vale do Acre, já era muito mais acentuada a figura do “seringueiro autônomo” (GONÇALVES, 1998).

Ainda, consideramos que há aspectos históricos e geográficos nas iniciativas de rompimento com a ordem instituída, ameaçando as condições existenciais que ultrapassam a dimensão materializada quanto ao refazer social desses sujeitos. São condições *trans-materiais* formando o imaginário que se institui<sup>6</sup> no espaço vivencial do seringueiro na floresta, como ressaltou o Sr. Francisco de Assis no depoimento citado anteriormente. Assim, as lutas e resistências são instituídas na defesa de seu espaço vivencial, mas se projetam a partir do seu território de vivência. Então, a colocação é condição básica do existir desses sujeitos sociais na floresta. Na dinâmica atual rompem com o sentido de inércia limitada pela condição de *ser trabalhador local*, e que começa a diminuir com as diferenças dos grupos camponeses migrantes centro-sulistas, algo que podemos ver como a afirmação de

---

<sup>6</sup> - Neste processo, “é verdade que, enquanto tal, a instituição cada vez estabelecida só pode ser como norma de identidade a si, inércia e mecanismo de autoperpetuação; mas também é verdade que o que deveria ter identidade a si, a significação instituída, só pode ser alterando-se, e se altera pelo fazer e o representar / dizer social. Assim a própria norma se altera pela alteração daquilo de que ela deveria ser norma de identidade, aguardando ser rompida pela colocação explícita de uma outra norma”. (CASTORIADIS, 1995, p. 417).



um *habitus de classe* (BOURDIEU, 2001). Então, a *luta pela terra* e a *luta na terra* chegam e começam a se territorializar nos projetos de assentamentos, nas colônias agrícolas e até nas cidades, onde são fixadas as sedes administrativas das organizações representativas (Sindicatos, Cooperativas, Associações). Prova disso é a participação de colonos centro-sulistas já em sindicatos que crescem a partir de 1985 e da criação de associações e cooperativas de produtores rurais com grande participação desses camponeses migrantes, em toda a Amazônia-acreana (SILVA, 1999).

Podemos dizer que, com base nos pressupostos que já firmamos, para esse trabalhador, seu convívio em tal ambiente, rendeu-lhe condições históricas e geográficas para desenvolver um modo de vida na floresta<sup>7</sup>. Porém, é nesse contexto que tem a afirmação de um imaginário e de um simbólico existencial (como a relação sentimental para com a seringueira e com o ambiente florestal ressaltado pelos entrevistados, que se assemelha ao sentimento para com a terra do colono) que dá a dinâmica ao cotidiano social na força do trabalho na floresta, na luta dos movimentos, e na busca de superação de suas condições de vida empobrecida de camponeses florestais.

É a condição de marginalização a que foram relegados que desafia esses trabalhadores. Daí provém a busca da construção de um projeto de vida que eleve as condições de autonomia, mas sem perder as diversidades socioeconômicas e reprodutivas existentes, que é o que os une sob a identidade de um campesinato amazônico. Vemos que os elementos que promovem a dinâmica de suas lutas foram ressaltados a partir da questão da auto-sustentação, numa significância que transcende o sentido de “se alimentar”. Por isso, é na amplitude dos significados da luta que estes projetam os símbolos de defesa do ambiente amazônico. Nisso a forma com que é vista externamente por tais significações impressas na luta, dá-lhe condição de ser considerada como luta “ecológica” no circuito mundial, mas que no âmbito local é uma luta que brota em defesa da vida, no embate da luta de classes (o que não é apreendido pela visão externa da questão).

Nos depoimentos apresentados, os sentidos “ecológicos” atribuídos denotam duas compreensões, dando dimensões da inter-relação do global com o local: “o conceito de ser ecológico, vindo de fora” e a “prática da defesa das condições vivenciais que emanava da

---

<sup>7</sup> - Salientamos que a questão de focalizarmos o problema da luta e do sentido ecológico entre os camponeses florestais, com menor destaque aos trabalhadores em atividades de agricultura, deve-se ao entendimento que são feitos em meio a estes grupos sociais, que desenvolveram as principais dinâmicas nas transformações do espaço agrário amazônico-acreano durante as décadas de 1970, 1980 e 1990.

realidade vivida”. Na verdade isso evidencia dois sentidos da questão de encarar a condição de *ser ecológico*<sup>8</sup>:

- No **âmbito do “global”**, vemos uma “ecologia da abundância” (ALIER, 1998). Esta se processa muito distante e tem dimensão planetária. Preocupa-se com a “saúde do planeta”, é muito conhecida e divulgada em meio às classes mais abastadas, inclusive no meio acadêmico, e pouco conhecida dos grupos de trabalhadores mais empobrecidos. Todavia seus defensores têm dinheiro para financiar projetos de cunho ecológico, ambientalista e outros.
- No **âmbito do “local”**, vemos na prática uma “ecologia da sobrevivência” (ALIER, 1998). Esta se processa de forma localizada, sem consciência do sentido global, surgindo da necessidade de garantir e de conquistar condições existenciais (uma vez que *viver*, para nós, é condição para pensar noutras formas existentes de vida) do sujeito que a pratica no cotidiano vivenciado. É desconhecida da classe abastada, mas é vivida pelos trabalhadores locais.

Contudo, na Amazônia-acreana, considerando as condições que até aqui expomos, podemos dizer que não se trata de lutas pela “ecologia”<sup>9</sup>. Trata-se sim de luta pela sobrevivência em que o ambiente que é defendido deixa esse caráter a ser captado; isso desfaz o sentido fantasioso de que todas as lutas desse tipo são ecológicas. Há apenas práticas que perpassam estas dimensões (ecológicas) quando o que se está buscando é a defesa de dimensões territoriais, sociais e culturais do *vivido na floresta*. Então, o ponto de vista do *ecológico global*, quando é praticado pelos sujeitos locais, é feito apenas inconscientemente<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> - Aqui é bom considerarmos que **Guattari** (1990), criticando a visão tecnocrática da questão ecológica, ressalta que somente uma articulação ético-político, a que chama de “ecosofia”, esclarece tais problemáticas, mas num sentido mais amplo de três registros ecológicos, ou melhor, três ecologias: a do meio ambiente, a das relações humanas, e a da subjetividade humana.

<sup>9</sup> - Joan Martinez **Alier** (1998, p.32) refere que há duas visões de ecologia, que se manifestam como práticas sociais de classe, sejam elas mais ou menos abastadas. Assim, ressalta que, através destas manifestações ecológicas, uma visão dual fica explícita: “Seria absurdo negar que existe esse ecologismo da abundância. Porém, também existe um ecologismo da sobrevivência, um ecologismo dos pobres que poucos haviam percebido, até que o assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988, o fez entrar pela via televisiva nos mornos lares dos países do Atlântico Norte”.

<sup>10</sup> - Joan Martinez **Alier** (1998) trata da questão também falando do “movimento de Chico Mendes” para identificar todo o processo de luta dos seringueiros. Esta visão que mundialmente ficou conhecida e, não é exclusividade deste autor caracterizar a importância da liderança de Chico Mendes que realmente existiu, mas ao personificar nele o movimento de luta e resistência, descaracteriza a condição de luta de classe, do movimento social, que realmente foi a luta dos seringueiros. Esta é uma compreensão equivocada, que neste trabalho queremos oferecer pontos reflexivos para desfazê-la.

Vemos que é, portanto, nestas condições que residem as bases socioambientais e toda a luta de resistência do seringueiro, mas também as raízes do que possibilitou seu “encontro” com o sentido “ambientalista e ecológico” que lhes é atribuído. De forma geral, são estes aspectos que dão a conotação da amplitude local e global dos movimentos desses grupos sociais.

### **7.2.2 Sentidos e significados socioambientais**

Como vimos, há uma diversidade social no campesinato amazônico-acreano. As relações desse entre si e com o ambiente em que vive, portanto, também são variáveis e diversas. Daí redundando em *visões e concepções* diferentes da natureza, uma vez que as mesmas são constructos históricos de seu tempo e de suas localizações, na produção do espaço em que se vive. Esta relação torna-se importante, haja vista que “toda sociedade, toda cultura, cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja natureza”. Nesse sentido, o “conceito de natureza não é natural”, sendo na verdade “criado e instituído pelos homens”. Assim, constitui-se num dos pilares através do qual “os homens erguem suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura” (GONÇALVES, 1990, p. 23).

Daí a importância de atentarmos para a compreensão da natureza presente no contexto da formulação dos pressupostos das lutas e dos movimentos sociais dos quais estamos tratando. Na sua visão ambiental do espaço vivido, para o camponês florestal, a natureza é vista como a floresta em sua integridade; ela está para ele como condição vital e base para a projeção de seu *espaço vivencial* na realidade vivida. Nesse sentido, explica-se a preocupação constante em todas as entrevistas nas quais tratamos do assunto, de ressaltarem a relação com a natureza e com seu potencial de produção de alimentos para atender à sobrevivência, como por exemplo:

- “A floresta é o bolo que Deus nos deu” (Sr. Otávio Nogueira, 1998).
- “Com a seringueira quantas famílias foram criadas” (Lupércio F. Maia, 1998).
- “Defender a sobrevivência para nós era defender a floresta” (Raimundo Barros, 2002).
- “É de lá que tiramos o pão de cada dia” (Francisco de Assis, 2002).

É nessas bases que assenta então o que podemos caracterizar como *prática social* desses sujeitos, que ao espacializar se mostram politicamente como forças reivindicatórias de questões práticas. Assim, o caráter político e ambiental em defesa do vivido forma a dimensionalidade que se interpenetra na prática dos movimentos dos sujeitos

florestanos. Nisso há um sentido político e ambientalista que perpassa toda a luta pela auto-sustentação, projetada no plano mundial na medida em que encontra um caráter da “luta mais difusa”<sup>11</sup> (GONÇALVES, 1990) do movimentos mundializados. Para o trabalhador amazônico, se a pobreza, o isolamento, a usurpação dos direitos políticos, a desvalorização de seus produtos no mercado os atinge diretamente e degradam suas condições vivenciais, estas também se manifestam concretamente no âmbito integral das lutas. Então o trabalhador tanto pode ser solidário às lutas ambientais mundializadas, como pode receber solidariedade delas.

Nesse sentido é que seguramente podemos dizer que as lutas dos seringueiros, desde o princípio, sempre tiveram o caráter de luta pela sobrevivência em defesa do ambiente em que vivem; portanto, a condição ambientalista e ecologista se enraíza nesse caráter. Isso não ocorre por uma opção desses sujeitos sociais, mas pelas condições intrínsecas das diversas dimensões de vida (vida no sentido de todos os seres vivos) que no ambiente local interagem, inter-relacionam-se e até interpenetram-se na dinâmica da dialética engendrada pela produção da integralidade na realidade vivenciada. Podemos, então, falar que na defesa de seu espaço vivencial está implícita uma *prática ambiental e ecológica de sobrevivência*.

Tais condições existenciais se formaram na amplitude natural que caracterizaria historicamente o camponês florestal, seu ambiente de vivência, de produção, de trabalho, de lazer, de cultura, de luta e de resistência. Nisso estão as bases ambientais em que se assentaram as reproduções humanas na floresta, que nos depoimentos anteriormente expostos são ressaltadas sob os signos: “floresta – sentimentos – sobrevivência”, como expressão clara de suas visões de mundo. Visões essas expostas, não como preocupação com o esgotamento dos potenciais de recursos naturais e energéticos (o que dariam um restrito caráter ecológico global, p.e.), mas sim com a ameaça que pairava sobre suas condições de *viver, produzir, e reconstruir sua autonomia de identidade de trabalhador da floresta* em atividades agroextrativas, no conjunto da sua formação socioespacial no atual momento vivenciado.

Assim, no momento em que as lutas ganham expressões extra-regionais (nacionais e internacionais), seu significado paulatinamente projeta-se mundialmente como

---

<sup>11</sup> - Segundo **Gonçalves** (1990, p. 21), “esse caráter difuso não desqualifica o movimento ecológico. Ao contrário, é fonte da sua riqueza e dos seus problemas enquanto movimento político e cultural. Ao propugnar uma outra relação dos homens (sociedade) com a natureza, aqueles que constituem o movimento ecológico estão, na verdade, propondo outro modo de vida, uma outra cultura. Chocam-se valores já consagrados pela tradição e que, ao mesmo tempo, perpetuam os problemas que queremos ver superados. É por esse caráter difuso de um movimento que no fundo, aponta para uma outra cultura, que os ecologistas se encontra envolvidos com questões tão diferentes como a luta contra o desmatamento, contra agrotóxicos [...]”.

uma prática de defesa da floresta, do ambiente natural, e ganha ressonância junto aos movimentos ambientalistas e ecológicos mundializados. É quando, já por volta de meados da década de 1980, tais lutas começavam a ter respaldo fora do país, como ressaltaram os seringueiros Osmarino Amâncio Rodrigues e Raimundo Barros (2002). Nessa conjuntura, reconhecem a amplitude de suas lutas e a possibilidade de usufruir delas como instrumentos para se obter apoio aos “projetos de vida” gerados. Por isso, líderes como Chico Mendes, Osmarino Amâncio Rodrigues, Raimundo Barros e outros se destacam sendo projetados mundialmente<sup>12</sup>. O apoio externo vem desde as bases logísticas (assessoria, formação, política administrativa, p.e.), até em financiamentos de projetos econômicos comunitários com alcances sociais em práticas ecologicamente corretas (“sustentáveis”). Nisso destacam-se os financiamentos às associações e cooperativas de moradores e produtores das RESEXs e dos PAs; também para a organização dos trabalhadores ou ainda para o manejo madeireiro florestal feito na região em Xapuri, com possibilidade de estender a outros municípios regionais.

Voltando um pouco no tempo, os migrantes centro-sulistas que chegaram na década de 1970/1980, logo enfrentaram situações de conflito de identidade com os trabalhadores locais, como já ressaltamos. Suas necessidades e a falta de assistência de órgãos públicos os tornam mais carentes e rapidamente expostos à expropriação. Para muitos deles, os anos que seguem a meados da década de 1980 foram de aprendizado no intuito de conviver com a especificidade do ambiente amazônico, com suas limitações produtivas e com suas potencialidades, e para vencer os “preconceitos” em relação ao lugar, ao povo acreano e a sua luta. Então descobrem que também tem que lutar, pois o “inimigo” penetra em seu meio, e pode expropriá-los promovendo ainda mais desunião e espoliação.

É nessa conjuntura de lutas que estes grupos camponeses – agricultores ou pequenos criadores (migrantes ou não) – começam a enxergar uma saída nos movimentos precursores dos seringueiros; e, daí, a necessidade de se juntarem. É claro que isso não foi generalizante. Porém, já possibilita a conjugação de experiências dos grupos que se reúnem, trocam-nas (p.e, o conhecimento ambiental dos trabalhadores locais, suas práticas de trabalho na floresta, suas lutas e resistências somam-se ao conhecimento da agricultura e da organização de formas coletivas que os centro-sulistas traziam consigo), conjugam força e dão bases sólidas para o início das organizações coletivas e comunitárias, a partir do final da

---

<sup>12</sup> - É interessante perceber como, às vezes, a grande imprensa (nacional e internacional) tem desvirtuado o papel dessas lideranças do contexto de suas lutas, quando muitos são identificados como “ecologista ou ambientalista”,

década de 1980. Isso, voltamos a insistir, foi o que deu base a outra etapa da luta, como já tratamos: a *luta na terra*, ou seja, a formação de cooperativas e associações, assim como a busca de alternativas de aproveitamento no manejo dos recursos locais no *campo* e na *floresta*.

### 7.3 Organizar para resistir.

Agora podemos analisar o sentido de algumas iniciativas tomadas na articulação do campesinato amazônico-acreano, pós meados da década de 1980, na construção de estratégias para sua permanência na terra, isto é, da *luta na terra*. A maior expressividade de tudo isso se deu com a organização de associações e cooperativas. De início, o movimento ocorreu mais com trabalhadores da Mesorregião Vale do Acre, e depois ganhou dimensão estadual e regional na Amazônia-acreana.

Todavia, tratar desta questão no âmbito de estudos agrários da Geografia é uma tarefa complexa. À primeira vista, teríamos que fundamentar a questão do associativismo/cooperativismo nas concepções doutrinárias dos socialistas utópicos do século XVIII e XIX, que lançaram as bases tanto para uma perspectiva econômica alternativa ao capitalismo, como de uma possível forma de superação pacífica desse modo de produção. Também, poderíamos vê-la nas experiências realizadas por organizações pioneiras tais como a sociedade dos “Justos Pioneiros de Rochdale”, na Inglaterra do século XIX, que foi uma cooperativa de consumo na qual seus princípios tornaram-se base para as organizações coletivas até a atualidade<sup>13</sup>. Daí, então, podemos projetar as experiências surgidas recentemente na Amazônia-acreana no sentido de repensar associativismo e cooperativismo como possibilidades reais de conquista de autonomia e de resistência em meio aos desafios econômicos, ecológicos e políticos que enfrentam tais grupos camponeses.

De início, consideramos que a luta e a resistência nascem com os camponeses florestais e somente depois incorporam os camponeses da lavoura. Diante da abrangência dos processos expropriatórios, estes se unem para gerar alternativas de resistência: iniciam-se então as primeiras associações e cooperativas desses trabalhadores<sup>14</sup>.

---

sem localizá-los no âmbito das lutas e representações de uma categoria social camponesa amazônica. É esta a visão que geralmente é passada para a sociedade global.

<sup>13</sup> - Os princípios do cooperativismo, com base em suas origens rochdaleanas, após poucas modificações ao longo de mais de um século, fundamentam-se em seis pontos: a) – Adesão Livre; b) – Gestão Democrática; c) – Distribuição das Sobras Líquidas; d) Taxa Limitada de Juros ao Capital Social; e) – Constituição de fundos para a educação dos cooperados e do público em geral; e, f) – Ativa cooperação entre cooperativas, no plano local, nacional e internacional (PINHO, 1977, p. 23).

<sup>14</sup> - Estamos nos referindo à cooperativa de trabalhadores que surgem no período pós-1970, no contexto das lutas geradas no âmbito da frente pioneira agropecuária. Todavia, sabe-se que houve experiências cooperativistas, sob

Com essa nova dimensão organizativa da luta, a complexidade das conquistas e os conflitos que são gerados dão maiores poderes de ação aos trabalhadores, na dinâmica geral dos embates políticos locais e com o mercado. Assim, há uma ampliação na divisão operacional do sentido da luta, entre os sindicatos e as organizações cooperativistas e associativistas.

Como vimos, o trabalho de organizar e de criar associações surge a partir das CEBs, delegacias sindicais, comunidades antigas etc. Um aspecto interessante é que não houve pressa na formação dessas organizações. Os agentes que as incentivaram, pautaram-se em práticas tais como de ser:

- **Gradativas**, isto é, respeitou-se a maturidade dos trabalhadores no que diz respeito ao nível de apreensão da luta.
- **Persistentes**, ou seja, os agentes fomentadores – CPT, Paróquias, sindicatos, p.e. – acompanharam passo a passo a formação das organizações.
- **Educativas**, significa que não se tentou impor projetos para as comunidades, mas ajudar as mesmas a gerar e a construir seus projetos.
- **Solidárias**, isto é, os agentes se colocaram não como instrutores da organização, mas como parceiros na iniciativa, em que não houve a geração de “conflitos de autoridades”.
- **Diversificadas**, que faziam com que, no reconhecimento das especificidades de cada grupo e de cada lugar, não se pautassem por um modelo a aplicar, mas apenas em ver experiências bem sucedidas para a geração de suas próprias organizações.
- **Autônomas**, ou seja, buscou-se produzir alternativas que não estivessem submetidas à condição fundiária do trabalhador: proprietário, usuário ou posseiro da terra de trabalho.
- **Criativas e democráticas**, isso significava partir das expectativas das comunidades contribuindo para a formação de lideranças e gerenciadores, valorizando o aproveitado dos potenciais humanos locais e focalizando sempre a necessidade de formar novas lideranças.
- **Coerentes**, ou seja, como uma organização que visava atender à necessidade da coletividade, participando dela apenas trabalhadores

familiares camponeses, pois são organizadores de projetos de melhoria de vida e não de produção de lucro.

- **Corretas**, isto é, orientam-se no sentido de aproveitar a potencialidade produtiva local, numa visão de conservação de recursos e de geração de bases eco-ambientais coerentes com as condições locais e com as perspectivas comerciais na geração de recursos financeiros para os associados.
- **De esperanças**, isto é, práticas formadas por grupos que levam suas conquistas para outros trabalhadores que queiram se organizar. Aqui se desenhava um instrumental pelo qual se apresentava um outro projeto político de reforma para a sociedade.

Cabe ainda lembrarmos que na década de 1980, o poder público criou políticas de implantação de organizações associativas, como as Associações de Seringueiros (ASSERs) pela extinta SUDHÉVEA (Superintendência de Desenvolvimento da Hévea). Contudo, já no final da década de 1980, quase nada restava dessas iniciativas. Eram projetos impostos de cima para baixo. Portanto, isso as diferenciam de organizações que têm sido criadas (talvez a palavra correta seria construídas) a partir de expectativas das comunidades, sob os princípios acima referidos, e que atualmente prosperam na Amazônia-acreana. Isso demonstra que o movimento da *luta na terra* é parte de uma maturidade dos movimentos sociais e rurais na região, fator diferencial no âmbito da sustentação dessas organizações enquanto instrumento de luta e de resistência.

#### **7.4 O sentido da luta na terra**

Com a *luta na terra*, o desafio maior era conciliar a manutenção de permanência na terra com as diversidades das tradições nas condições produtivas, ambientais e de mercantilização. Daí muitas organizações coletivas ganharem dimensões mais amplas, interagindo por ações que vão muito além dos espaços vivenciais de seus associados.

Na verdade, tudo interferia em questões que ultrapassam o limite das formulações econômicas, pois atingem esses sujeitos em sua integridade. Nisso vemos o sentido integral da organização desses trabalhadores com relação ao ambiente local e a sua projeção para dimensões externas do espaço produzido. Aqui não tratamos de uma visão de “ecologização”, do empreendimento da organização comunitária ou coletiva, como tratou



**Pinho** (1977) sobre a “ecologia da empresa”<sup>15</sup>, mas sim no sentido do *espaço vivencial das organizações*, enquanto produto e instrumento de seu convívio, de suas lutas, conflitos e confrontos.

Vemos então que os processos de luta pela sobrevivência, agora, se dão no sentido de um arranjo socioespacial e na produção de empreendimentos que atendam às necessidades vivenciais dos trabalhadores organizados. Então, mais do que adaptar os produtos da natureza local às necessidades humanas, as organizações comunitárias e coletivas e seus empreendimentos (referimos desde as pequenas indústrias e as maquinarias, até os processos de formação política e administrativa dos associados) têm como objetivo estabelecerem espaços para a realização integral de seus associados; daí, então, chegarem ao mercado com uma produção específica, sendo competitivos sem necessariamente atuarem numa lógica exclusivamente lucrativa.

Todas essas formulações ficam evidenciadas nas exposições orais de sujeitos que estiveram à frente do processo da *luta na terra*, como iremos expor a seguir:

O depoimento de Jean Pierre Mingham<sup>16</sup> (1999) revela uma visão ampla do contexto da *luta na terra*, diante da perspectivas de sujeitos que não querem continuar a ser expropriados. Expõe suas idéias como agente fomentador das organizações, a partir de sua longa experiência como dirigente da CPT/AC:

As associações, as centrais de associações e cooperativas forma iniciativas da própria comunidade, unindo forças. Toda organização rural deve ter pelo menos duas dimensões a ser desenvolvida: não há organização que sobreviva só da formação política sem uma sustentação produtiva, sem a formação também é insuficiente, pois o lucro, o dinheiro pode despertar o individualismo. Você pode ver, começou com o RECA, depois a CAPEB, hoje estas duas experiências são referências, inclusive, quase todas as organizações que temos, em Boca do Acre, na Microrregião de Sena Madureira, na Microrregião de Cruzeiro do Sul, na Microrregião de Rio Branco, quase todas visitam estas duas experiências. Hoje você pode ver todas as organizações novas que nascem, captam alguma coisa do espírito, dos fundamentos do RECA e da CAPEB, pelo menos aquelas que acompanhamos.

---

<sup>15</sup> - Conforme **Pinho** (1977, p. 36-47), a “ecologia da empresa” estuda os ambientes empresariais, que no caso das cooperativas tratariam das inter-relações entre estas e seu ambiente, partindo da compreensão do “fluxo de energia”. Daí é que ocorre o equilíbrio dinâmico dos componentes interligados no que denomina de “ecossistema cooperativo. Este depreende de uma análise da influência ambiental sobre as cooperativas, sobre ações de fluxos energéticos da empresa entre si, com empresas não-cooperativas e a comunidade e, da dinâmica evolutiva sobre as cooperativas e vice-versa”.

O Paulo passou três dias no RECA acompanhando um grupo de extrativistas, mas aí não é mais a CPT, é o pessoal do RECA que guia [...]. A CAPEB ia pelo menos duas vezes por ano no RECA; eles pegaram muito bem aquilo que podia ser interessante para eles. Hoje não temos apenas as experiências do RECA e da CAPEB, mas em Cruzeiro do Sul já tem uma experiência muita interessante. Eles são grandes produtores de mandioca e a experiência da CASAVAJ, está sendo uma referência também para outras organizações. Acho que uma experiência nunca pode ser algo fechado, mas sim aberto aos outros para ajudá-los a pensar e refletir. Não para copiar, pois a organização comunitária não se copia, se cria, se inova, não adianta alguém querer copiar a organização do RECA, mas pode pegar o espírito da organização, aquilo que se tem por trás e readequar a realidade local, por exemplo, o beneficiamento da castanha da CAPEB, a diversificação da produção do RECA. É bastante interessante se todos serem para outros exemplos, procurando outras culturas amazônica, terá lugar garantido no mercado para todos.

O depoimento do engenheiro agrônomo Paulo Braña MUNIZ<sup>17</sup> (1999) complementa a visão dos agentes que estiveram à frente dos processos de formação das organizações coletivas. Este ressalta aspectos multidimensionais da organização como forma de ocupar espaços políticos, e sobretudo de ampliar áreas de ações dos grupos sociais organizados:

Eu acho que as associações e as próprias cooperativas são tipos de organizações em que os agricultores encontraram um espaço para se discutir todos os problemas, em dado momento que você tem espaço para discutir na comunidade, dela própria, do estado, das políticas públicas para o estado, então deve ser apresentadas e legitimadas pelo governo, pelas instituições governamentais pelas ONGS. Aí eu acho que já é um ponto positivo e, assim vemos a forma que está organizada o RECA que foi o primeiro a se deslanchar nesta questão, a própria CAEX que começou com Chico Mendes. Foram nestas organizações que começaram a discutir o desenvolvimento sustentável no Acre, claro que com idéias que já vinham amadurecendo. Hoje o Jorge Viana é governador, graças ao movimento social do Acre. Essas experiências que está sendo feita lá dentro do seringal como a extração do óleo de copaíba, com o açaí, o cupuaçu etc., são experiências que se o governo tiver isto claro, poderá colocar isto como política pública. Por exemplo, estes

---

<sup>16</sup> - Jean Pierre Minghan era francês, naturalizado brasileiro, ex-sacerdote católico, casado. Manteve-se sempre trabalhando nas pastorais católicas, sobretudo com camponeses. Foi dirigente da CPT/AC, falecendo quando ainda a ocupava, no final de 2001. Esta entrevista foi realizada em 1999.

<sup>17</sup> - Paulo Braña Muniz, amazonense de Boca do Acre, é engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal do Acre. Na ocasião da entrevista, era coordenador da CPT/AC., onde já milita desde o início da década de 1990. Foi entrevistado em out./1999.

produtos seriam utilizados na merenda escolares programa de saúde familiar etc. Isto não vai resolver o problema do Acre, mas a partir de quando as experiências que estes trabalhadores tem nas cooperativas e associações com aplicação de recursos de forma correta, você vê na CAPEB e no RECA, organizações já consolidadas que tem muita coisa positiva. Porém discutir o desenvolvimento sustentável não é só isto, é a partir da educação, pois no Acre o índice de analfabetismo é mais de 30% e há municípios que o índice ainda é maior. Então o processo desenvolvimento deve atacar primeiro, com a educação, depois os ramais, as estradas, as culturas etc. As cooperativas e associações pode ser uma força maior nisto.

O dirigente do Projeto RECA, Eugênio VACARO (2002)<sup>18</sup>, dá-nos uma visão dos problemas enfrentados e que os levaram a optar por práticas de agrossilviculturas. Daí, a existência de uma base da organização coletiva entre migrantes centros-sulistas, numa realidade socioambiental “estranha” nesta parte da Amazônia-acreana, no oeste de Rondônia:

As lavouras em SAFs, surgiu de uma necessidade . Ninguém veio aqui para fazer isso. Quer dizer, todo mundo veio com uma bagagem, sua tradição de plantar, né? Quando chegou aqui um clima diferente, as condições diferentes, o distanciamento dos grandes centros para a comercialização e produção. Tudo isso foi mudando, quer dizer, aquela idéia de plantar arroz, feijão e verduras, a própria doença veio, para quem ficou neste patamar, veio todo tipo de dificuldade. Onde então ficamos pensando nisto, e perguntando o que se podia ser feito na Amazônia? Que apoio se teria dentro da Amazônia? Se fossemos buscar um financiamento para plantar feijão, arroz dificilmente conseguiria. Agora existiam essas linhas de apoio nacional e internacional de preservação. Então essas coisas foram direcionando para que o pessoal fosse unindo até para buscar isto. E se criou esta consciência de que plantando essas plantas amazônicas e produzindo, pois elas realmente produzem porque são da região, existiria um comércio meio garantido, e nisso se conseguiria apoio. Então dentro de uma necessidade foi se criando esses grupos e essa conscientização só vem crescendo. Quer dizer, a própria condição de trabalhar já não é mais no sol, já é mais protegido; acho que tudo isso ajudou para que essa consciência fosse aumentando, e nós se organizando. Ainda tinha aí uma questão social que se não fosse, acho que tudo teria sido inviável. Foi em nível do social que se buscou unir, para reunir a produção e para atingir os mercados, né?

---

<sup>18</sup> - Sr. Eugênio Vacaro, trabalhador agrossilvicultor, migrante, originário do Rio Grande do Sul, é o atual Presidente do Projeto RECA, em Nova Califórnia, RO. Entrevista realizada na sede da organização, abril/2002.

O Presidente da CASAVAJ, Sr. José Epaminondas L. Pereira (2002)<sup>19</sup>, nos faz um relato de como iniciou as organizações no Vale do Juruá. Elucida então o papel das organizações com uma proposta que tem um forte cunho voltado para a resolução das questões sociais:

O início das associações eu ainda tinha uns quatorze anos, mas já começava a militância aí. Pode-se dizer que noventa e cinco por cento das associações foram fundadas através de políticos daquela época. Nessa época, em época de campanha fundava e mantinha as associações, doava maquinários e de repente fazia a construção de uma sede. As associações sempre começavam de cima para baixo. Esta situação não foi só de Cruzeiro do Sul, mas de todo o Vale do Juruá. Hoje sabemos que a primeira coisa que se tem que trabalhar na associação é a questão social, a conscientização de cada sócio, saber o que é uma associação, saber trabalhar em associação. Isto não foi trabalhado e hoje nós temos sofrendo as consequências, os impactos negativos do passado, mas graças a Deus, daí para cá a gente depois da fundação da Cooperativa, vem trabalhando essas questões de conscientização dos associados, como um trabalho social de fazer a política da cooperativa [...]. Enquanto naquela época para eles o importante era começar com o maior número possível de produtor, pois visavam votos posteriormente; para nós hoje, o importante é estar consciente do que é uma associação e do que é trabalhar coletivo. Temos exemplo de associações que desde os anos de 1980 até 1990 foram dominadas por políticos e então tinham tudo, sede, máquinas e tudo se acabou depois que o político saiu; os associados não tinham consciência do que era, do que queriam, então não souberam zelar pelo patrimônio e, esta é a grande verdade! Hoje temos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a CPT que trabalham nesta área de formação e, com muita dificuldade a gente está conseguindo pelo menos conscientizar mais um pouco os associados, só que ainda falta muito. Mas é isso. O objetivo principal da CASAVAJ, não é centralizar, não é o nosso espaço físico, tudo isto é importante, mas o mais importante para nós é a diversidade social e ecológica que temos, lutando com tudo isso para vencer esses vícios e criar a consciência da importância da cooperativa e associações.

O sindicalista e seringueiro Raimundo BARROS (2002), quando o questionamos “sobre o papel destas organizações como instrumentos de busca de autonomia e auto-sustentação”, salientou que elas nasceram dos movimentos, mas levaram a uma divisão do ponto de vista operacional das ações das coletividades rurais. Sua crítica frisa essas

---

<sup>19</sup> - Sr. José Epaminondas L. Pereira é acreano de Cruzeiro do Sul, colono (em atividades agroextrativistas) e o atual Presidente da CASAVAJ. Entrevista realizada na sede da organização – março/2002.

questões, sem, contudo, negar a importância das organizações, no que se refere à construção de alternativas para esses trabalhadores organizados:

Eu vejo a coisa da seguinte forma: as vezes tenho até conversando com os companheiros e dito que não sei porque nasceu tantas outras entidades depois. Acho que o sindicato era suficiente para criarmos nele departamentos e cada um trabalhava a comercialização, outro trabalhava o melhoramento lá da área degradada, mas não foi assim. A gente acha que se tivesse só uma entidade todas essas coisas estariam sendo até melhor. O sindicato continua sendo a entidade de discutir a questão da resistência, da conscientização do direito e aquilo outro. A cooperativa cuida de trabalhar a comercialização do produto do seringueiro e a mercadoria para o para seu consumo; faz o serviço da comercialização dos produtos e da mercadoria, reivindicando melhores preços. Já as associações cuida das comunidades no que se refere a questão de pequenos projetos de recuperação de áreas; cursos desde corte de costura, arte-culinária, artesanato; busca de equipamento para as comunidades para criar estrutura de comunicação, estas coisas. As associações estão muitas nestas áreas e, as cooperativas na comercialização; e, os sindicatos na reivindicação, mobilização e resistência.

O sindicalista e seringueiro Sr. Osmarino Amâncio RODRIGUES (2002), membro da Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasília (AMOPREB), ao ser questionado sobre a importância das organizações coletivas e comunitárias, teceu críticas às propostas iniciais. Então, embora reconhecendo a importância das mesmas, discorda das direções que esses movimentos vem tomando nos últimos anos. Evidencia o caráter da dificuldade de uma organização, que se nutre por princípios contrários aos que regem a realidade, e discute as evidências do desvio dessas associações e cooperativas como instrumentos de luta pela autonomia, quando estão submetidas às leis da competitividade geral do mercado:

Em relação as cooperativas e associações, eu acho que as propostas iniciais das cooperativas e das centrais foram propostas realmente convincentes que se davam. Foi aderida porque tinha proposta para desenvolver e para resolver o problema da produção dos associados da área rural, da área campesina. Só que estas propostas foram desviadas num processo desse curso da história e hoje as cooperativas tão virando empresas de negócios. Se você vê hoje tem determinadas entidades cooperativas que reclama dos encargos sociais, mas você vai ver ela não cumpre. Tem seus funcionários que estão na sua maioria clandestinos. Uma cooperativa de seringueiros, de agricultores tem que cumprir o que a gente tanto lutou contra [...]. E

outra coisa é forma da produção que é totalmente baseada nos termos capitalistas mesmos; não tem nada de coletivo, são propostas que viabiliza às vezes algumas famílias e sua forma de atuação. Que tem delas aí que nem todos os associados votam, então quer dizer até a questão da própria participação democrática nelas foram restringidas. É complicado, porque uma associação tem quinhentos associados e que votam cinquenta, cem, tem que votar uma pessoa por área, por associação; e os outros sócios? Por que aí é fácil de você monopolizar [...]. Quando o mandato passa de três anos já começa ser vitalício, aí começa criar vícios e, aí a pessoa quer pegar o movimento como trampolim para subir [...]. Agora acho que as cooperativas não vão resolver na forma como está implementando suas políticas, elas vão ficar piores de que determinadas empresas particulares. Tá sendo muito melhor de se trabalhar com empresas particulares do que com algumas cooperativas, pelo menos, até vende fiado para o seringueiro e a cooperativa não vende. Então, com o prazo você tem que ter limite para vender afiado, pois os seringueiros ficam trinta dias para vir na rua. Então hoje está que, as vezes, o produto dele não deu para cobrir tudo, então ele poderia pedir que me vende aí uma duas cargas, uma saca de sal, daqui uns trinta dias eu trago castanha ou a borracha o produto. Isto já não está mais acontecendo, então é complicado tem que ser o dinheiro ali, na vista. Outra coisa é a questão da industrialização do produto, o processo final é que não está sendo trabalhado de maneira que o seringueiro, o agricultor possa ele, fazer pelo menos uma parte do processo final do produto. Hoje o próprio couro vegetal poderia ser uma dessas, você instala várias mini-usinas de castanha dentro da floresta, você está gerando renda e capacitando mão-de-obra, ajudando as pessoas a capacitarem gerencialmente, mas não ficar um grupo de pessoas fazendo rodízio no poder e a grande maioria dos agricultores e seringueiros fica fora. Então, eu acho, por exemplo, que o objetivo da CAPEB é importantíssimo. Acho ela uma das entidades que consegue fazer um discurso e implementar uma política do desenvolvimento sustentável para a nossa região que ainda não está aderindo a questão [...] do manejo com a madeira. Vejo o fato dela estar industrializando a castanha, de estar implementado, aumentando ela está dando uma garantia de que a castanha, que é muito forte nessa nossa região, vai ser aproveitada e que os seringueiros vai ter sua renda, por que o ano passado nós chegamos a vender a castanha de um real, a um real e cinquenta centavos a lata; mas agora estamos vendendo a cinco reais. Por isto, ela é uma entidade que tem conseguido implementar esta proposta e colocar em prática.

Nos depoimentos acima, buscamos demonstrar o sentido das lutas dos camponeses locais na criação de alternativas que viabilizem sua permanência na terra, sendo que as cooperativas deveriam dar maior suporte a essas lutas, perante o mercado.

O depoimento de Osmarino Amâncio Rodrigues é diversamente esclarecedor dos desafios com os quais o movimento de *luta na terra* se depara hoje. Aqui as dificuldades de uma organização cooperativa de prosperar em meio a uma economia de mercado são colocadas como algo do momento na realidade Amazônica-acreana<sup>20</sup>. Os vícios administrativos da sociedade aí tendem a se repetir, e é por isso que o sindicalista também chama a atenção para o perigo que isso pode representar. Mostra ainda que a tendência de cooptação no âmbito de propostas de “desenvolvimento sustentável” para a região é uma direção incerta e que se desvia do caminho da luta iniciada pelos movimentos dos STRs.

Todavia, considerando a base comunitária do movimento de *luta na terra*, discordamos da “desconfiança levantada”, com relação ao grau de parentesco ou vizinhança referido, quando este generaliza todas as organizações. Vimos em muitas destas organizações pesquisadas seriedade e “espírito” coletivo no sentido de suas lutas.

U'

---

<sup>20</sup> - É bom lembrar que **Kautsky** (1986) há muito tempo já alertava para esse fato.